

Modo de pensar e progresso moral: considerações sobre o valor do caráter empírico à luz da *Religião nos limites da simples razão*

Mode of thought and moral progress: considerations on the value of the empirical character in light of Religion within the boundaries of mere reason

Nicole Martinazzo¹

Universidade Federal do Paraná (UFPR)

nicole.martinazzo@gmail.com

Resumo: O presente artigo parte de uma análise da *Primeira Parte* da *Religião nos limites da simples razão* para pensar de que maneira Kant entende a articulação entre a revolução no modo de pensar e a mudança lenta e gradual nos costumes quando se refere ao aprimoramento moral dos indivíduos. Procura-se defender que, nesse caso, “reforma” e “revolução” correspondem a duas faces da mesma moeda: trata-se de duas maneiras de avaliar o mesmo processo de mudança, sob diferentes pontos de vista. Da impossibilidade de reconhecer com certeza a revolução da intenção [*Gesinnung*] de um sujeito, retira-se uma valorização do papel do desenvolvimento do caráter empírico na filosofia moral kantiana.

Palavras-Chave: Immanuel Kant; moral; *Gesinnung*; modo de pensar; caráter empírico; educação moral.

Abstract: This paper begins with an analysis of the *First Part of Religion within the Boundaries of Mere Reason* in order to consider how Kant conceives the relation between the revolution in the mode of thought and the slow, gradual change in customs with regard to the moral improvement of individuals. It argues that, in this context, “reform” and “revolution” represent two sides of the same coin: they are two ways of assessing the same process of change from different perspectives. From the impossibility of ascertaining with certainty the revolution of a subject’s intention [*Gesinnung*], one draws an appreciation of the role of the development of empirical character within Kant’s moral philosophy.

Keywords: Immanuel Kant; morals; *Gesinnung*; mode of thought; empirical character; moral education.

¹ O presente artigo é fruto do desenvolvimento de parte de minha tese de doutorado, defendida no Departamento de Filosofia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp (financiamento FAPESP, processo 2018/01544-8). O argumento sofreu alterações significativas desde então, alterações estas que só foram possíveis pois contou-se com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Recebido em 27 de agosto de 2025. Aceito em 11 de dezembro de 2025.

Uma leitura que contemplasse somente os textos em que Kant se dedica à fundamentação de sua filosofia moral poderia levar o leitor a concluir que esta se reduz a um mecanismo que visa julgar as ações de um determinado indivíduo apenas enquanto tomadas isoladamente². Entretanto, mesmo nesses textos ele mobiliza um conceito que será melhor explicado anos depois, na Primeira Parte da *Religião*, a saber, o conceito de *Gesinnung* (aqui traduzido como “intenção”)³. Esse conceito é referido também, por vezes, pela noção de que os seres humanos possuiriam um “modo de pensar” (*Denkungsart*)⁴.

Se a ênfase em uma instância que subjaz todas as escolhas de um determinado sujeito soluciona alguns problemas (ao evitar, por exemplo, certo atomismo moral)⁵, ela pode criar outros a depender da maneira como é compreendida. Um dos problemas mais evidentes é a possibilidade de mudança do agente moral, visto que a *Gesinnung* representaria o fundamento comum de todas as máximas de um determinado sujeito e que Kant parte do pressuposto, em sua doutrina do mal radical, que tal fundamento é, nos seres humanos em geral, corrompido. Essa corrupção, veremos a seguir, advém de algo tão simples quanto a mera inversão das prioridades do agente, que passa a privilegiar outros incentivos em detrimento da lei moral.

Resta-nos a questão: se todo mal decorre da corrupção do fundamento de todas as máximas, como é possível ao ser humano tornar-se bom? Kant dedica a esse tema sua Observação Geral à Primeira Parte da *Religião*, texto no qual propõe que a restauração da predisposição para o bem nos indivíduos (e, portanto, sua transformação moral) deve ser entendida nos termos de uma “conversão moral” ou mesmo de um “renascimento” (RGV, AA 06: 47). Assim, o aprimoramento moral requereria uma *revolução* do fundamento de todas as máximas.

² A identificação das citações das obras de Kant será feita de acordo com a edição da Academia (AA), conforme o modelo: RGV, AA 06: 03. Em cada citação, encontra-se a abreviatura da obra, número do tomo e número da página. As abreviaturas seguem o título alemão e são as seguintes: IaG: *Ideia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita*; WA: *Resposta à questão: o que é o Esclarecimento?*; GMS: *Fundamentação da metafísica dos costumes*; KpV: *Crítica da razão prática*; RGV: *A Religião nos limites da simples razão*; MS: *Metafísica dos Costumes*.

³ O termo alemão *Gesinnung* representa um desafio para os tradutores de Kant. A pluralidade de opções revela as dificuldades de tradução que esse termo suscita, como bem mostram os tradutores brasileiros da Doutrina da Virtude (ed. Vozes) na nota 5 (2013, p. 153) ao justificar sua escolha. “Intenção” (escolha de Monique Hulshof na *Crítica da razão prática* e do grupo de tradutores da Doutrina da Virtude), “atitude” (utilizada por Guido de Almeida em sua tradução da *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*) e “disposição” (escolha de Artur Mourão ou sua variação “disposição de ânimo”, utilizada por Bruno Cunha na recente tradução da *Religião nos limites da simples razão*) são opções que recobrem apenas aspectos do conceito. Por conta de tais dificuldades — e por se tratar de um artigo com uma seção dedicada a compreender o conceito de *Gesinnung* — ora manteremos o termo em alemão ao longo do texto, ora utilizaremos a tradução “intenção”. Sendo assim, alteraremos a tradução dos textos citados quando necessário para garantir a consistência de nossa escolha. Por via das dúvidas, indicaremos entre colchetes o original em alemão. Opta-se por “intenção” sobretudo para deixar claro, também na língua portuguesa, a diferenciação entre *Gesinnung* (intenção) e *Anlage* (comumente traduzido por “predisposição” ou “disposição”).

⁴ Há passagens ao longo da *Religião* nas quais Kant equiva *Gesinnung* e *Denkungsart* (por exemplo, RGV, AA 06: 46n; 47). Talvez estas formulações não sejam suficientes para fixar uma equivalência geral entre eles, mas elas ao menos mostram que se trata de conceitos que em determinados contextos podem ser sobrepostos. Enquanto a *Gesinnung* pode ser considerada uma maneira de pensar (moral), o conceito de *Denkungsart* parece ser dotado também de um uso político, visto que Kant o mobiliza, por exemplo, em seu ensaio sobre o Esclarecimento (WA, AA 08: 36). Dessa maneira, é possível propor o *Denkungsart* como um termo guarda-chuva que abarca o conceito de *Gesinnung* mas adquire também, por vezes, uma significação política que o extrapola. Na literatura de comentário, Felicitas Munzel (1999) toma os dois termos como sinônimos, enquanto Gessis (2013) defende que *Gesinnung* e *Denkungsart* possuem diferenças significativas um em relação ao outro. Neste artigo, tendo em vista a possível sobreposição entre os termos, eles serão utilizados como sinônimos.

⁵ Para uma visão geral desse problema, ver ALLISON 1990, p. 136 e ss.

Acontece que essa revolução na *Gesinnung* (ou ainda, no modo de pensar) não ocorre isoladamente: ela deve ser acompanhada por uma reforma nos costumes. É justamente a articulação entre esses dois elementos (um empírico e outro transcendental) que buscaremos analisar neste artigo. Para isso, tomaremos como ponto de partida a referida Observação Geral. A partir dos elementos textuais desse excerto, avançaremos a hipótese de que reforma e revolução consistem em dois pontos de vista a partir dos quais é possível referir-se a um mesmo acontecimento: o aprimoramento moral dos indivíduos. Veremos que Kant lança mão do artifício teórico de um “ponto de vista divino” para mostrar que aquilo que empiricamente se mostra como uma reforma lenta e gradual, quando visto em sua totalidade pode ser considerado (ou não, a depender do caso) uma revolução. Pretende-se defender ainda que da impossibilidade de conhecer a revolução da *Gesinnung* de um indivíduo é possível retirar, na verdade, um argumento pela valorização da formação de um caráter empírico.

Para cumprir essa tarefa, o presente artigo está estruturado da seguinte maneira. A seção 1 é dedicada à análise do conceito de *Gesinnung* e das dificuldades interpretativas que ele suscita. Procura-se, ao longo da seção, mostrar que a *Gesinnung* pode ser entendida como um *compromisso* assumido pelo agente e reafirmado por ele a cada ação. A seção 2 explora “reforma” e “revolução” como dois pontos de vista a partir dos quais o aprimoramento moral de um indivíduo pode ser avaliado, mostrando, a partir da análise da Observação Geral à Primeira Parte da *Religião*, que se trata de conceitos complementares e articulados entre si. A seção 3 parte dos resultados da seção anterior (a saber, a consideração de reforma e revolução como dois pontos de vista) para fazer uma leitura crítica da hipótese segundo a qual o aprimoramento moral dos indivíduos poderia ser pensado em estágios. Por fim, a seção 4 examina os desdobramentos que essa forma de entender a relação entre reforma e revolução no âmbito moral têm para a noção de caráter empírico. Acreditamos que essa leitura representa uma forma de enfatizar o papel que o caráter empírico desempenha na formação do sujeito moral kantiano.

1. *Gesinnung* entendida como compromisso do agente

Se tanto na *Fundamentação* quanto na *Crítica da razão prática* o foco de Kant está naquilo que nos permite julgar se determinada ação é boa ou má, na *Religião* ele parece enfatizar uma instância anterior de escolha, que nos permitiria discernir se determinada pessoa é boa ou má — instância a que ele denomina intenção (*Gesinnung*). Embora esse conceito adquira na *Religião* um lugar de destaque, não se trata de tomá-lo como uma exclusividade ou mesmo uma novidade deste texto, visto que a noção de que os seres humanos são dotados de uma intenção já se encontra em diversas passagens de seus escritos anteriores dedicados à fundamentação da moral⁶, bem como desempenha um papel central alguns anos mais tarde, na *Doutrina da Virtude*. Kant pressupõe, portanto, que haveria uma instância que subjaz às escolhas individuais do sujeito e que constitui parte de seu caráter. A questão é compreender como ela se encaixa com outros aspectos de sua filosofia moral.

Para afirmar que uma determinada pessoa é boa ou má, deve-se pressupor em suas ações uma unidade ou, ao menos, certa coesão interna na escolha das máximas que as orientam. Para que tal coesão seja possível, projeta-se a ideia de que haveria um fundamento comum a todas as máximas

⁶ A noção de *Gesinnung* aparece tanto na *Fundamentação da Metafísica dos Costumes* (GMS, AA 04: 406; 412; 416; 435) quanto na *Crítica da razão prática* (KpV, AA 05: 56; 75; 83-4; 99; 116; 147; 152-3), textos anteriores tanto à redação do ensaio sobre o mal radical (1792) quanto à publicação de *A Religião nos limites da simples razão* (1793).

de um agente, fundamento esse que consistiria em sua intenção (*Gesinnung*). Compreendida dessa maneira, a intenção representa a escolha fundamental de colocar seja a lei moral seja qualquer outro incentivo (aos quais Kant se refere, na *Religião*, pelo termo geral de amor de si) como prioridade no momento de agir. Nesse sentido, a intenção possuiria também a estrutura de uma máxima.

Tendo em vista que o ser humano necessariamente admite em suas máximas, de maneira natural, tanto o amor de si como a lei moral, Kant conclui que “a diferenciação, se o ser humano é bom ou mau, encontra-se não na diferenciação dos móveis que ele admite em sua máxima (não na matéria da máxima), mas em sua *subordinação* (na forma da máxima): *em qual dos dois móveis ele toma como condição do outro*” (RGV, AA 06: 36). Assim sendo, um agente com uma boa *Gesinnung* teria uma máxima fundamental que poderia ser formulada da seguinte maneira: “Farei o que é moralmente requerido e o que eu desejo, contanto que meus desejos não entrem em conflito com a lei moral.”, enquanto a má *Gesinnung* poderia ser formulada com a ordem de prioridade invertida: “Farei o que eu desejo e o que é moralmente requerido contanto a lei moral não entre em conflito com meu amor de si”⁷. Como se trata de uma hierarquização entre dois fatores (o amor de si e a lei moral), não há a possibilidade de meio-termo — ou se é bom (dando prioridade à lei moral frente ao amor de si) ou se é mau (dando prioridade a qualquer outro móbil que não o respeito à lei moral)⁸.

A análise da intenção ganha destaque na Primeira Parte da *Religião* justamente na ocasião em que Kant apresenta sua tese sobre a radicalidade do mal. Segundo ele, o mal é radical no sentido de que todas as ações más apresentam uma raiz comum, qual seja, a corrupção da *Gesinnung* dos agentes (RGV, AA 06: 37). A raiz comum a todas as ações más seria, nesse sentido, a priorização do amor de si frente à lei moral. Tal explicação está em consonância com a própria constatação de que a fonte do mal está no amor de si “adotado como princípio de todas as máximas” (RGV, AA 06: 45). O mal moral decorre, portanto, de colocar a satisfação do amor de si como condição para o cumprimento da lei moral.

Por mais que a ideia de que os seres humanos são dotados de uma *Gesinnung* esteja presente em outros textos de Kant dedicados moral, é na *Religião* que as dificuldades interpretativas relativas a esse conceito se tornam mais evidentes. Para que possamos pensar a própria possibilidade do aprimoramento moral dos indivíduos — tema sobre o qual nos debruçaremos nas seções seguintes —, é preciso enfrentar diretamente ao menos duas dessas dificuldades. A primeira diz respeito à própria concepção do que seria uma má *Gesinnung*, sobretudo frente à doutrina do mal radical. Dependendo de como se compreende o conceito de má *Gesinnung* e o grau de influência que uma determinada intenção exerce sobre a escolha das máximas individuais, mina-se qualquer possibilidade de alterar a *Gesinnung* de um sujeito. Como observa Lawrence Pasternack (2014, p. 117) em seu comentário à *Religião*, a fusão entre mal radical e má *Gesinnung* traz problemas para explicar o aprimoramento moral dos indivíduos, visto que o mal radical não é extirpável. A própria apresentação que Kant faz do conceito de mal radical já nos dá uma medida do impasse gerado pela coexistência entre, por um lado, a ideia de que os seres humanos são dotados de uma

⁷ Tais formulações são propostas por Korsgaard (1996, p. 165) e retomadas por Loudon (2010, p. 102).

⁸ A explicação de Kant para que não haja meio termo é simples: “No entanto, ele também não pode ser moralmente bom em alguns aspectos e, ao mesmo tempo, mau em outros. Pois se ele é bom em um, então admitiu a lei moral em sua máxima; portanto, se ele tivesse de ser, ao mesmo tempo, mau em outro aspecto, então, uma vez que a lei moral do cumprimento do dever em geral é apenas uma e universal, a máxima referente a ela seria universal, mas, ao mesmo tempo, apenas uma máxima particular, o que se contradiz.” (RGV, AA 06: 24).

propensão para o mal (que consiste precisamente em uma tendência a agir por outros incentivos que não a lei moral) e, por outro, a necessidade de preservar a liberdade do sujeito em escolher a cada momento suas máximas de ação, sejam elas boas ou más. Trata-se da seguinte passagem:

Este mal é radical, porque corrompe o fundamento de todas as máximas; ao mesmo tempo, como propensão natural, não pode ser extirpado pelas forças humanas, uma vez que isto só poderia ser feito por meio de máximas boas, o que não pode acontecer se o fundamento subjetivo supremo de todas as máximas for pressuposto como corrompido; todavia deve ser possível predominar sobre tal propensão, uma vez que ela é encontrada no ser humano como ser que age livremente (RGV, AA 06: 37).

Não é à toa que a afirmação de que o mal não pode ser extirpado por forças humanas reconduz muitos intérpretes à noção de graça como assistência divina nesse processo de transformação dos indivíduos. Entretanto, o problema persiste: se o único caminho para uma ação moralmente boa decorresse da atuação da graça divina, isso resultaria em uma teoria moral incompatível com os textos de fundamentação nos quais a ênfase está precisamente na autonomia do sujeito. Mesmo na referência em que faz à doutrina da graça, Kant subscreve à tese de que é necessário *tornar-se digno* de tal assistência⁹. Por isso, é necessário um exame mais profundo da noção de *Gesinnung* e de como ela pode ser compreendida em sua função de *fundamento* (passível de corrupção) das máximas.

A concepção segundo a qual um fundamento corrompido barraria a possibilidade de boas máximas, quando lida em função da doutrina do mal radical, parece tornar impossível toda a ação moral. Tal dificuldade aparece justamente se pensamos a *Gesinnung* como algo que o sujeito escolhe apenas uma vez — ou pior, como algo que é dado por sua condição finita — e que, a partir de então, passa a compor um sistema de máximas no qual o fundamento das máximas (a *Gesinnung*) estaria na base de todas as outras máximas possivelmente escolhidas pelo agente, que seriam consideradas então como mera consequências ou ramificações de uma escolha primordial¹⁰. Em uma tal leitura, o sujeito ter uma má *Gesinnung* barraria toda a possibilidade de ações moralmente boas, bem como vice-versa.

Todavia, Kant concebe a noção de *Gesinnung* como a “conduta de vida” (RGV, AA 06: 71) do agente. Assim, não é possível entendê-la nem como algo que está dado nem como algo a que os outros (ou mesmo o sujeito da ação) têm fácil acesso. Pelo contrário, o único acesso que se tem à *Gesinnung* de alguém é a partir do efeito que ela tem em suas ações. E quando Kant se refere à conduta de vida, ele tem em mente a totalidade da vida de alguém e não uma fragmentação temporal. Assim, a *Gesinnung* de um agente deve ser compreendida nos termos de um compromisso que ele faz (e constantemente reitera) de uma ou outra hierarquização¹¹.

⁹Na Observação Geral à Primeira Parte da *Religião*, as ideias de “conversão moral” ou “renascimento”, que se referem à revolução na *Gesinnung*, estão atreladas a uma reabsorção crítica do conceito teológico de *graça* (enquanto assistência divina). Entretanto, uma leitura que abarque também este aspecto foge ao escopo de nosso artigo, pois constituiria um artigo em si mesmo. Para uma visão das diferentes interpretações de como esse conceito aparece na *Religião*, bem como a maneira como ele repercute o debate entre Agostinho e Pelágio, é possível referir aos comentários de Jean Louis Burch (1968), Gordon Michalson (1990), Jacqueline Mariña (1997), Stephen Palmquist (2010) e Leslie Stevenson (2014). De outro modo, afastando-se de uma leitura que enfatiza apenas o conceito de graça no âmbito individual, Chris Surprenant (2006) coloca a *formação de uma comunidade* como um meio de “tornar-se digno da assistência divina”.

¹⁰A *Gesinnung* é apresentada dessa maneira, por exemplo, por Matthew Caswell (2006, p. 196). Ele ilustra sua leitura através da imagem de uma árvore na qual as raízes representariam o fundamento de todas as máximas e dela sairiam o tronco e galhos correspondentes a máximas cada vez mais particularizadas de ação.

¹¹A noção de *Gesinnung* como um *compromisso adotado pelo sujeito* é endossada por Julia Peters (2018, p. 505), interpretação próxima da que defendemos aqui. Em certo sentido essa tese é adotada também por Laura Papish (2018, p. 178 e ss.), que trata

É, portanto, apenas pelas ações do agente que se poderia tentar inferir sua *Gesinnung*. Mesmo assim, trata-se ainda de uma inferência muito incerta. De fato, de uma ação que claramente transgrida a lei moral, pode-se inferir uma má *Gesinnung*. Entretanto, há dois aspectos que devem ser levados em consideração antes de afirmar que haveria, por trás de uma ação que é conforme ao dever — que têm ao expectador a aparência de moralidade —, uma boa *Gesinnung*. O primeiro deles é o simples fato de que não há como ter acesso a se uma ação conforme ao dever é feita também por dever. Vale lembrar que Kant admite que há algo de inescrutável mesmo ao próprio sujeito em suas ações — nunca é possível dizer com certeza porque escolheu-se agir da maneira x ou da maneira y¹². Já o segundo aspecto diz respeito à permanência no tempo da escolha necessária para que se caracterize uma boa *Gesinnung*. Mesmo que essa ação particular tenha sido feita por dever, não há como garantir que o respeito à lei moral é incondicional e que ela se manterá no curso das ações. Assim, enquanto a inferência de uma má *Gesinnung* é relativamente fácil, ao menos no caso de uma ação contrária à lei moral, a inferência de uma boa *Gesinnung* é algo que não se pode nunca fazer com certeza.

Para que o agente seja verdadeiramente livre, no entanto, é preciso que a cada ação — a cada escolha de máximas particulares — ele reafirme o *compromisso* que representa a escolha de um fundamento bom ou mau a suas máximas. Assim, passamos a entender a noção de *Gesinnung* como uma escolha que é reiterada a cada nova ação, e não como uma escolha que, uma vez feita, permanece imutável (como poder-se-ia pensar a partir de algumas afirmações de Kant). Até porque cada ação de um indivíduo “pode e deve sempre ser julgada como um uso *originário* de seu arbítrio” (RGV, AA 06: 41). Ler o conceito de *Gesinnung* dessa maneira nos auxilia a compatibilizá-lo com a noção de fraqueza da vontade (que é, inclusive, a forma mais branda de manifestação da propensão para o mal nos seres humanos). O fato do mal radical não poder ser extirpável não significa que não se possa “predominar sobre ele” (RGV, AA 06: 37).

A segunda dificuldade que se impõe à noção de uma *Gesinnung* quando se tem em vista a possibilidade de aprimoramento moral dos indivíduos é que, para Kant, a escolha da *Gesinnung* constituiria um *ato inteligível* (RGV, AA 06: 31; 39) e, portanto, seria uma escolha *fora do tempo*¹³. Tal dificuldade pode ser solucionada pelo duplo ponto de vista gerado pelas noções correlatas de caráter sensível e caráter inteligível, que veremos a seguir.

2. Revolução no modo de pensar, reforma no modo de sentir

O tema do aprimoramento moral dos indivíduos é especialmente presente na Observação Geral à Primeira Parte da *Religião*, onde Kant discute a possibilidade de restabelecer a predisposição (*Anlage*) originária para o bem presente em todos os seres humanos. A ideia de que o processo de tornar-se moralmente bom consiste, em verdade, no restabelecimento de uma predisposição

a revolução na *Gesinnung* em termos cognitivos, indicando que a decisão de seguir a lei moral é um comprometimento do sujeito. Há, entre as duas interpretações, nuances interpretativas que ficarão mais claras ao longo do artigo, sobretudo na seção 3.

¹² A noção de que há algo de desconhecido na motivação moral nos sujeitos é notável na seguinte passagem da *Religião*: “Mas, sem dúvida, o homem não pode chegar a convencer-se disto de modo natural, nem por consciência imediata nem mediante a prova de sua conduta de vida levada até então; pois a profundidade do coração (o fundamento primeiro subjetivo das suas máximas) é a ele inacessível; (...)” (RGV, AA 06: 51). Tal noção já figurava na *Fundamentação da Metafísica dos Costumes* (GMS, AA 04: 407) e voltará a aparecer na *Metafísica dos Costumes* (MS, AA 06: 392). Ao mesmo tempo, é curioso notar que Kant coloca como *primeiro comando* dos deveres para consigo mesmo o comando de autoconhecimento em relação aos deveres morais (MS, AA 06: 441).

¹³ A tese de que a escolha da *Gesinnung* consiste em um ato inteligível é um ponto bastante controverso. Críticas a esse aspecto podem ser encontradas, por exemplo, nos trabalhos de Gordon Michalson (1990, p. 85) e Samuel Loncar (2013).

que é originária (RGV, AA 06: 46) — e, portanto, jamais totalmente corrompida (RGV, AA 06: 45) — é de extrema importância diante da problemática do mal radical a que nos referimos na seção anterior.

Kant observa que, se uma “árvore originariamente boa (segundo a predisposição) produziu frutos ruins” (RGV, AA 06: 45), então não é impossível que o inverso também ocorra. Isso significa sustentar que a transformação moral deve ser possível ao ser humano mesmo diante do mal radical como corrupção do fundamento de todas as máximas. Aliás, tal transformação consiste ela mesma em um dever. Por conta disso, ele argumenta que ela pode ser alcançada pelo próprio esforço humano, já que o dever “não nos ordena nada além daquilo que nos é factível” (RGV, AA 06: 47) — em outras palavras, *dever* implica *poder*. Não percamos de vista algo que já estava presente na formulação kantiana acerca da radicalidade do mal: embora ele não possa ser inteiramente eliminado, deve ser possível ao ser humano prevalecer sobre tal propensão.

Na referida Observação Geral, Kant trata do aprimoramento moral dos indivíduos por meio de dois caminhos: reforma e revolução. Se nos deixarmos levar pelo paralelo com a maneira como esses termos são aplicados à política, consideraremos opostos tais modos de transformação — a reforma como um processo lento e gradual, e a revolução como uma ruptura completa com o estado anterior. No que diz respeito à moral, a reforma estaria situada no campo dos costumes, ao passo que apenas a ideia de revolução permitiria conceber a conversão moral do sujeito, figurada também pela noção de um “renascimento” do mesmo.

De fato, a revolução diz respeito a uma alteração na hierarquia das máximas do agente, o que implica uma transformação em sua intenção (*Gesinnung*). Nesse processo, não há gradações nem a possibilidade de um meio-termo: a mudança da intenção representa uma ruptura com o modo de pensar anterior que aquele mesmo sujeito apresentava. Se antes ele colocava a satisfação de seu amor de si como prioritária à lei moral, agora a ordem é inversa: ele prioriza o cumprimento da lei moral em detrimento de sua satisfação pessoal.

Segundo Kant, mesmo a melhor das reformas nos costumes seria incapaz de promover uma transformação tão profunda que alcançasse o fundamento comum de todas as máximas do agente. Ainda assim, ele não desconsidera a importância da reforma dos costumes nem na *Religião* nem em outros momentos de sua obra. A questão, portanto, não se coloca como uma escolha entre dois processos independentes, mas como a compreensão de que, particularmente quando se trata de pensar a formação moral dos indivíduos, reforma e revolução são dimensões complementares, que não podem ser concebidas uma sem a outra.

A chave para compreender como Kant articula, nesse contexto, reforma e revolução está na afirmação de que “a revolução é necessária ao modo de pensar, mas a reforma gradual é necessária ao modo de sentir (que opõe obstáculos ao primeiro) e, por isso, também deve ser possível ao ser humano” (RGV, AA 06: 47-8). Aos poucos começa a se delinear a ideia de que reforma e revolução correspondem a formas de transformação vinculadas a dois níveis distintos da existência humana, que refletem, também no sujeito moral, a duplicidade entre noumeno e fenômeno. Com isso, é possível caracterizar com mais precisão o que seria, neste texto e neste contexto, uma revolução. Como bem observa Anna Wehofsits, o que Kant denomina “revolução” quando

fala da transformação moral do agente não é uma decisão isolada de agir moralmente, mas sim a decisão combinada com o esforço de torná-la efetiva¹⁴.

A imagem da reforma é empregada para descrever uma mudança que diz respeito ao mundo fenomênico, resultante de um processo lento e gradual. Nesse âmbito, o vocabulário kantiano aponta, para além da ideia de transformação no modo de sentir, tanto para uma “mudança dos costumes” (RGV, AA 06: 48) quanto para a formação de um caráter empírico (RGV, AA 06: 47). A revolução, por sua vez, designa a transformação do modo de pensar (*Denkungsart*) — isto é, da *Gesinnung*. Trata-se da maneira pela qual Kant concebe a formação de um caráter inteligível, condição do tornar-se *moralmente* bom (RGV, AA 06: 47).

Um primeiro contato com o texto kantiano poderia dar a entender que reforma e revolução deveriam ocorrer em uma ordem temporal definida. Isso porque Kant afirma, em determinado momento da Observação Geral, que “a formação moral do ser humano não deve começar do melhoramento dos costumes, mas da transformação do modo de pensar e da fundação de um caráter” (RGV, AA 06: 48, destaque adicionado). Essa afirmação sugere que seria necessário iniciar pela revolução do modo de pensar e pelo estabelecimento de um caráter inteligível, para que os efeitos dessa mudança se manifestassem posteriormente nas ações particulares dos agentes. Se assim o fosse, a revolução precederia logicamente a reforma: a ação moral só seria possível se o agente priorizasse a lei moral, ou seja, após realizar a transformação de sua *Gesinnung*. Essa interpretação faria particularmente sentido se compreendêssemos a própria *Gesinnung* como dada antes da ação do sujeito, e não como o compromisso reiterado a cada ação ao qual nos referimos na seção anterior de nosso texto.

Todavia, as noções de reforma e revolução podem ser compreendidas de forma mais clara — e, conseqüentemente, melhor articuladas — não a partir de uma perspectiva temporal, mas considerando dois pontos de vista sobre o mesmo acontecimento: a transformação moral do indivíduo. Para explicar essa duplicidade, Kant recorre ao artifício teórico de um “ponto de vista divino”, em contraste com o ponto de vista dos seres humanos finitos. Do ponto de vista humano, a transformação do indivíduo é percebida como um progresso gradual, ou seja, uma reforma. Já sob a perspectiva do “ponto de vista divino”, essa mesma mudança é considerada uma revolução. A ideia subjacente a essa dupla consideração é que a percepção humana está condicionada por uma referência à temporalidade, enquanto o ponto de vista divino permite avaliar a unidade do percurso. Esse olhar global possibilita uma intuição da vida inteira do indivíduo, única forma de julgar sua possível conversão. Vale lembrar que Kant trata a *Gesinnung* como uma *conduta de vida*, o que torna ainda mais necessária a totalidade das ações para que ela possa ser julgada.

Assim, reforma e revolução correspondem a dois modos de considerar a mesma transformação: enquanto a primeira reflete a percepção humana limitada à temporalidade e ao mundo fenomênico, a segunda corresponde à apreciação inteligível e unitária de toda a trajetória moral do sujeito. A passagem a seguir, embora longa, ilustra de forma especialmente clara essa distinção:

¹⁴ Ao comentar a possível articulação entre reforma e revolução Anna Wehofsits (2016, p. 114) defende que a revolução deve ser entendida não como uma mudança repentina, mas como uma *mudança qualitativa* da intenção do agente. Em concordância com o que apresentamos ao longo dessa seção, ela afirma que “não é a decisão em si que constitui a revolução, mas sim a associação dessa decisão com o esforço contínuo por uma forma de vida correspondente — ou seja, uma forma de vida cujas máximas sejam compatíveis com a lei moral. Sob uma perspectiva holística e inteligível, a decisão firme e o empenho consequente em realizá-la se apresentam como uma unidade, e é nessa unidade que podem ser compreendidos como revolução.” (WEHOFISITS 2016, p. 115).

Para aquele que perscruta o fundamento inteligível do coração (de todas as máximas do arbítrio); para quem, portanto, esta infinidade do progresso é unidade, isto é, para Deus, isto é tanto quanto ser de fato um ser humano bom (agradável a Ele); e, nessa medida, essa mudança pode ser considerada uma revolução, embora, no julgamento do ser humano que pode estimar a si e a força de suas máximas apenas segundo o predomínio que elas ganham sobre a sensibilidade no tempo, essa mudança seja vista apenas como um esforço sempre contínuo para o melhor; por conseguinte, como reforma gradual da propensão para o mal como modo pervertido de pensar (RGV, AA 06: 48).

A revolução na *Gesinnung* do indivíduo — considerada enquanto ato inteligível — permanece inacessível à percepção humana temporal. Para nós, apenas o caráter empírico é observável, de modo que toda transformação moral aparece sempre como uma reforma lenta e gradual dos costumes. O que podemos perceber enquanto seres humanos é o caráter empírico, que nos revela apenas se determinada ação está em conformidade com o dever. No entanto, isso revela muito pouco sobre o caráter inteligível do agente: um indivíduo pode agir consistentemente de acordo com a lei, mas isso significaria apenas que “o caráter empírico é bom, mas o caráter inteligível continua sendo mau” (RGV, AA 06: 37). Em outras palavras, é quase impossível afirmar com certeza que alguém realizou a revolução; podemos apenas identificar quando ela não ocorreu, por meio de ações que transgridem diretamente a lei moral¹⁵.

3. É possível falar em estágios para o aprimoramento moral?

Como vimos, a letra do texto kantiano comporta certa ambiguidade, ao menos à primeira vista, com relação à articulação possível entre reforma e revolução. Por conta das formulações que dão a entender que ambos os processos aconteceriam em certa ordem temporal, é possível encontrar na literatura de comentário aqueles que defendem que haveria, na filosofia de Kant, uma teoria de dois estágios para a transformação moral dos indivíduos. É o caso, por exemplo, de Laura Papish (2018) e Conrad Damstra (2023). Analisemos agora o que isso significa e a pertinência de tal hipótese interpretativa, tomando como exemplo o argumento de Papish.

No Capítulo 7 de seu livro *Kant on evil, self-deception, and moral reform*, Laura Papish defende que haveria uma teoria de dois estágios para o aprimoramento moral¹⁶ de um indivíduo e os explica da seguinte maneira: “um primeiro estágio de conversão moral em que o respeito pela lei, por si só, é incorporado à máxima do indivíduo, e um segundo estágio de progresso moral em que o agente observa seu comportamento e ações em busca de evidências de sua nova intenção [*Gesinnung*]” (PAPISH 2018, p. 177). Ela propõe que entendamos a ideia de conversão moral como um comprometimento do sujeito que, para acontecer, deve ser precedido por duas tarefas, sendo uma delas a manifestação consistente de um comportamento conforme ao dever, mesmo que não por dever¹⁷. Para ela, o compromisso moral poderia ser explicado a partir do exemplo

¹⁵ A duplicidade de ponto de vista aparece também na Segunda Parte da *Religião*: “Segundo a nossa avaliação, o ato — enquanto um progresso contínuo ao infinito do bem para o melhor, para o qual estamos restritos inevitavelmente as condições de tempo nos conceitos da relação da causa e dos efeitos — permanece sempre defeituoso, de modo que temos de considerar o bem no fenômeno — isto é, segundo o ato — sempre como insuficiente em nós para um lei santa; mas seu progresso ao infinito em direção a adequação com essa lei devido a *intenção* [*Gesinnung*] a partir do qual ele é derivado, que é suprassensível, nós podemos pensar como sendo julgado — enquanto um todo completo também segundo o ato (a conduta de vida) — por um perscrutador de corações em sua intuição intelectual pura e, assim, o ser humano, a despeito de sua defectibilidade constante, pode esperar, ao fim, ser, *em geral*, agradável a Deus, não importa em qual momento do tempo sua existência seja interrompida.” (RGV, AA 06: 67, tradução modificada).

¹⁶ Em seu livro, ela se refere a este movimento como “reforma moral” (*moral reform*), mas aqui optamos por chamar de “aprimoramento moral” (por vezes “transformação moral”) para marcar a diferença entre este aspecto mais amplo e o uso específico que Kant faz da metáfora de uma “reforma dos costumes”, relacionada ao caráter empírico.

¹⁷ Cf. PAPISH 2018, p. 190.

do compromisso de casamento, dentro de um recorte muito preciso do que isso significaria: um compromisso voluntário entre pessoas que tem “uma compreensão cognitiva boa, ainda que imperfeita, do trabalho que um casamento bem-sucedido exige” (PAPISH 2018, p. 190).

A partir da ideia de que a conversão vem de um compromisso do sujeito a determinado princípio de ação, Papish aponta para um caminho interessante ao notar que tal comprometimento deve ser precedido por uma série de esforços que não são partes do comprometimento ele mesmo e que, portanto, a conversão do agente não seria uma total surpresa nem para ele nem para aqueles à sua volta. Ela concebe, portanto, que haveria um estágio “pré-conversão”, no qual o agente se familiariza com a moral. Nesse sentido, ela explora a noção de compromisso mostrando que para que o agente se comprometa com determinada posição que aponta para o cumprimento da moral, ele tem de ter um conhecimento prévio do que é a virtude. Todavia ao afirmar que a conversão moral deve ser precedida de um comprometimento que depende de uma série de esforços que não são parte do comprometimento em si, é quase como se se falasse em três e não dois estágios: um estágio pré-conversão, a conversão e um momento posterior em que se observa os efeitos de tal conversão (entendidos por ela como um trabalho cognitivo e não volitivo)¹⁸.

A hipótese de uma teoria de estágios enfrenta, no entanto, algumas dificuldades significativas. A primeira delas é justamente a de como temporalizar o ato inteligível que caracteriza a escolha de uma boa *Gesinnung*. A noção de estágios traz consigo a ideia de que seria possível demarcar temporalmente o momento em que ocorre tal transformação, o que *de fato* não é possível. A revolução moral para Kant não é o ato isolado da decisão, mas a soma deste com o esforço de torná-lo efetivo. Em segundo lugar, a ideia de estágios parece colocar problemas para se pensar a fraqueza da vontade. Seria possível haver, então, várias revoluções na vida de um mesmo indivíduo? Se assim o for, esbarramos em uma terceira dificuldade, a saber, a de conciliar a fragmentação temporal da possibilidade de várias revoluções com a ideia de que a *Gesinnung* é, ao fim e ao cabo, a avaliação da conduta de vida (de *toda* a vida) de um agente.

Uma alternativa a esta interpretação, pela qual pretende-se aqui argumentar, seria manter a ideia de que se precisa conhecer a virtude para se comprometer com ela sem, no entanto, pensar que a partir dela viriam revolução e reforma como estágios posteriores. Nesse sentido, é da educação moral de um indivíduo e da formação de seu caráter empírico que surge uma reforma de seus costumes que, talvez, quando olhada na totalidade de suas ações, possa representar que ali ocorreu uma revolução em sua *Gesinnung*.

4. Uma aposta no caráter empírico

O vocabulário temporal utilizado por Kant não significa, como mostramos na seção anterior, que haja *de fato* uma antecedência da revolução da intenção do agente em relação à reforma de seus costumes, de modo que seja possível ao agente utilizar determinado momento como um marco em sua história pessoal. O fato de haver algo a que Kant se refere como uma revolução na *Gesinnung* não significa, curiosamente, que se possa falar em um antes e um depois dessa revolução. Pelo contrário, o que se chama aqui de *revolução na Gesinnung* parece ser apenas a contrapar-

¹⁸ Esse parece ser o maior ponto de discordância da parte de Conrad Damstra em relação à tese defendida Laura Papish. Para ele, não se trata de um trabalho cognitivo *ao invés de* volitivo — ele escreve: “Na verdade, creio que a discussão de Kant sobre a virtude resiste a tal dualismo.” (DAMSTRA 2023, p. 572, nota 21).

te noumênica do aprimoramento moral dos indivíduos que se apresenta *para nós* como uma reforma lenta e gradual dos costumes. A própria ideia de que a revolução na intenção dos agentes constituiria um ato inteligível já aponta para a dificuldade de colocá-la em uma série temporal.

Além de representar uma “escolha fora do tempo”, a revolução na intenção deve se referir não a curtos períodos de tempo, mas à totalidade da vida de um agente. Assim, um olhar retroativo do indivíduo à sua trajetória também não daria conta de afirmar, com certeza, se ali houve ou não uma transformação qualitativa de sua *Gesinnung* e se essa transformação possuiria a duração no tempo necessária para caracterizar a conversão moral. Ora, se a revolução não é acessível aos seres humanos finitos (nem mesmo ao próprio agente), tudo o que sobra como parâmetro do progresso moral são as ações individuais de cada um. Se só temos acesso ao caráter empírico, a formação de um caráter empírico adquire um lugar central quando se pensa na possibilidade de criar agentes morais virtuosos.

A afirmação a que nos referimos na seção 2, segundo a qual “a revolução é necessária ao modo de pensar, mas a reforma gradual é necessária ao modo de sentir” (RGV, AA 06: 47) trazia entre parênteses um adendo que nos ajuda a compreender a importância de olharmos para o caráter empírico: *o modo de sentir opõe obstáculos ao modo de pensar*. Se o modo de sentir opõe obstáculos ao modo de pensar, uma transformação no modo de sentir se faz fundamental para que a mudança para um modo de pensar moral possa ocorrer e manter-se como tal.

Ao longo de toda a Observação Geral da Primeira Parte da Religião, Kant assinala a importância dos *exemplos*, da noção de *cultivo moral* e de *se ensinar a moralidade* (referindo-se aos “aprendizes morais”). Com efeito, o caráter empírico pode ser ensinado, tornando-se um instrumento para a promoção da moralidade:

A firme resolução, transformada em prontidão, no cumprimento de seu dever também se chama virtude, segundo a legalidade, em seu *caráter empírico* (*virtus phaenomenon*). Ela tem a máxima persistente de ações *em conformidade* com a lei, não importa de onde se toma o móbil que o arbítrio precisa para isso. Por isso, a virtude, nesse sentido, é adquirida *pouco a pouco* e significa, para alguns, um longo hábito (na observância da lei), por meio do qual o ser humano passou, mediante reformas graduais de sua conduta e da consolidação de suas máximas, da propensão para o mal para uma propensão oposta. Ora, para isso não é necessário exatamente uma *mudança do coração*, mas apenas uma mudança dos *costumes* (RGV, AA 06: 47).

Se o progresso moral depende da revolução na *Gesinnung* dos agentes e o único acesso que temos a essa mudança é por meio das ações dos indivíduos, então o caminho (ao menos do ponto de vista empírico) para o aprimoramento moral passa por um ajuste das próprias ações. Por mais que a formação de um caráter empírico garanta apenas a legalidade das ações e não sua moralidade, é através desse processo que a moral é ensinada — isso mesmo quando se pensa que o ensinamento da moral é diferente da criação de um hábito de praticar ações conformes ao dever¹⁹. Embora Kant faça um uso muito restrito do conceito de virtude na *Religião*, relacionando-o apenas com a legalidade das ações (RGV, AA 06: 47), outros textos apresentam um conceito mais amplo e propriamente ético de virtude. É o caso da *Metafísica dos Costumes*, em que ele define a virtude como “a faculdade e o propósito refletido de opor resistência (...) ao adversário da intenção moral *em nós*” (MS, AA 06: 380). Adquirir a virtude, portanto, é reiterar o compromisso com uma boa intenção.

¹⁹ Essa diferenciação é clara na *Metafísica dos Costumes*: “Portanto, não se pode *definir* a virtude como o hábito de praticar ações livres conformes à lei; a menos que se acrescentasse “de determinar-se a agir por meio da representação da lei”; e neste caso esse hábito é uma propriedade não do arbítrio, mas antes da *vontade*, que, com a regra que ela adota, é uma faculdade de apetição ao mesmo tempo universalmente legisladora. Apenas um tal hábito pode ser contado como virtude” (MS, AA 06: 407).

Para além disso, Kant indica que a própria revolução também é, no limite, um resultado deste processo de cultivo que começa com ações conformes ao dever. Em suas palavras: “... esta predisposição passa, pouco a pouco, ao modo de pensar, de maneira tal que o dever começa a adquirir, meramente por si mesmo, um peso notável em seus corações.” (RGV, AA 06: 48). Assim, por mais que a admiração pelas ações virtuosas não seja ainda a boa intenção, ela parece ser um passo importante para que o sujeito escolha, ele mesmo, fazer o compromisso de colocar a lei moral acima da satisfação de seu amor de si. Nesse sentido, é como se Kant apontasse para a importância do processo de interiorização de determinada conduta. Ele ressalta que cada escolha pela lei moral dá forças para que o indivíduo escolha novamente a lei moral. A seguinte passagem ilustra esse aspecto

Pois o ser humano que, desde a época que adotou os princípios do bem, percebeu, durante uma vida suficientemente longa, os efeitos destes princípios sobre o ato – isto é, sobre sua conduta de vida que sempre progride para o melhor – e que encontra ocasião para inferir disso, mesmo que supostamente, um melhoramento fundamental em sua intenção [*Gesinnung*], pode, contudo, também esperar racionalmente que – visto que os mesmos progressos, desde que seu princípio seja bom, aumentam sempre a *força* para os progressos seguintes – ele não mais abandonará esse caminho nessa vida terrena, mas sempre progredirá corajosamente nele; e, por certo, se outra vida ainda lhe for iminente depois desta, ele continuará a progredir doravante, sob outras circunstâncias e, segundo toda aparência, nesse caminho, precisamente de acordo com o mesmo princípio, e se aproximara sempre mais da – embora inatingível – meta da perfeição, uma vez que, segundo o que percebeu em si até então, pode considerar sua intenção [*Gesinnung*] melhorada a partir do fundamento (RGV, AA 06: 68, tradução modificada).

Com esses elementos em mente, é possível pensar que a reforma que se inicia pelos costumes contribui para que se forme no agente uma boa intenção — sobretudo quando se compreende a intenção da maneira como a definimos: como um compromisso reiterado do agente. Como Kant já apontava em seu ensaio sobre a Ideia de uma história universal, é a partir do processo de Esclarecimento (que envolve o refinamento da cultura e o cultivo do gosto) que se pode chegar a um modo de pensar moral. Mais do que uma ruptura instantânea, é a esse movimento — que chamamos de formação de um caráter empírico — que podemos atribuir a mudança qualitativa necessária para que se projete que ocorreu uma revolução na intenção de determinado agente.

Considerações finais

Ao longo deste artigo, procuramos extrair, de uma análise da Observação Geral à Primeira Parte da *Religião*, um argumento que reforça a importância da formação de um caráter empírico na filosofia moral de Kant. Para isso, partimos de uma análise de um tema central da discussão kantiana acerca do mal radical: o conceito de *Gesinnung* e sua possibilidade de mudança. Por outro lado, procuramos pensar a mudança no modo de pensar do agente e a reforma gradual dos costumes como duas faces da mesma moeda. Trata-se, portanto, do mesmo acontecimento (o aprimoramento moral do indivíduo) considerado sob dois pontos de vista. Levando em conta que (1) a *Gesinnung* deve ser entendida como um compromisso reiterado do agente e (2) a mudança na *Gesinnung* se apresenta como um processo lento e gradual do ponto de vista finito, torna-se mais fácil perceber a importância de se atentar para a formação do caráter empírico do sujeito. Curiosamente, o argumento também se sustenta quando se considera a função que a graça divina desempenha nesse texto. Mesmo para as leituras que a enfatizam, é possível apontar que a importância do caráter empírico reside no fato de que concepção kantiana de graça depende da ideia de um tornar-se digno da assistência divina — algo que é alcançado também por meio de uma reforma nas ações do sujeito.

Referências bibliográficas

- ALLISON, H. 1990. *Kant's theory of freedom*. Cambridge: Cambridge University Press.
- BRUCH, J. L. 1968. *La Philosophie Religieuse de Kant*. Aubier: Editions Montaigne.
- CASWELL, M. 2006. "Kant's Conception of the Highest Good, the *Gesinnung*, and the Theory of Radical Evil". In: *Kant-Studien* 2006, pp. 184-209.
- DAMSTRA, C. 2023. 'The Change of Heart, Moral Character and Moral Reform', *Kantian Review*, 28(4), pp. 555-574.
- DICENSO, J. 2012. *Kant's Religion within the Boundaries of Mere Reason: A Commentary*. Cambridge: Cambridge University Press.
- GRESSIS, R. A. 2013. "The Relationship Between the *Gesinnung* and the *Denkungsart*", In: *Kant und die Philosophie in weltbürgerlicher Absicht: Akten des XI. Kant-Kongresses 2010*, Berlin, Boston: De Gruyter, 2013.
- KANT, I. *Gesammelte Schriften herausgegeben von der Deutschen Akademie der Wissenschaften, anteriormente Königlich Preussischen Akademie der Wissenschaften*, 29 vols. Berlin, Alemanha: Walter de Gruyter, 1902ss.
- KANT, I. *Ideia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita* (R. Terra, trad.). São Paulo, Brasil: Martins Fontes, 2004.
- KANT, I. *Fundamentação da Metafísica dos Costumes* (G. A. de Almeida, trad.). São Paulo: Discurso Editorial/Barcarolla, 2009.
- KANT, I. *Metafísica dos Costumes*. Petrópolis, RJ: Vozes; Bragança Paulista, SP: Editora Universitária São Francisco, 2013.
- KANT, I. *Crítica da razão prática* (M. Hulshof, trad.). Petrópolis, RJ: Vozes; Bragança Paulista, SP: Editora Universitária São Francisco, 2016.
- KANT, I. *A religião nos limites da simples razão* (B. Cunha, trad.). Petrópolis: Vozes, 2024.
- KORSGAARD, C. 1996. *Creating the Kingdom of Ends*. New York: Cambridge University Press.
- LONCAR, S. 2013. 'Converting the Kantian Self: Radical Evil, Agency, and Conversion in Kant's *Religion within the Boundaries of Mere Reason*', In: *Kant-Studien* 2013; 104(3): 346-366.
- LOUDEN, R. 2010. "Evil Everywhere. The Ordinariness of Kantian Radical Evil", In: *Kant's Anatomy of Evil*. Cambridge: Cambridge University Press. pp. 93-115.
- MARIÑA, J. 1997. "Kant on Grace: A Reply to His Critics", In: *Religious Studies*, Vol. 33, No 4 (Dec., 1997), pp. 379-400.
- MICHALSON, G. 1990. *Fallen Freedom: Kant on Radical Evil and Moral Regeneration*. Cambridge: Cambridge University Press.
- MUCHNIK, P. 2009. *Kant's theory of evil: an essay on the dangers of self-love and the aprioricity of history*. Lanham: Lexington Books.
- MUNZEL, F. 1999. *Kant's conception of moral character: the "critical" link of morality, anthropology, and reflective judgment*. University of Chicago Press.

PALMQUIST, S. 2010. "Kant's Ethics of Grace: Perspectival Solutions to the Moral Difficulties with Divine Assistance", In: *The Journal of Religion*, 90(4), pp. 530-553.

PAPISH, L. 2018. *Kant on evil, self-deception, and moral reform*. Oxford University Press.

PASTERNAK, L. 2014. *Routledge Philosophy Guidebook to Kant on Religion within the Boundaries of Mere Reason*. Londres e Nova York: Routledge.

PETERS, J. 2018. "Kant's *Gesinnung*", In: *Journal of the History of Philosophy*, 56(3), pp. 497-518.

STEVENSON, L. 2014. 'Kant on grace', in G. Michalson (ed.) *Kant's Religion within the Boundaries of Mere Reason: A Critical Guide*. Cambridge: Cambridge University Press (Cambridge Critical Guides), pp. 118-136.

SURPRENANT, C.W. 2006. 'Cultivating Virtue: Moral Progress and the Kantian State', *Kantian Review*, 12(1), pp. 90-112.

WEHOFSITS, A. 2016. *Anthropologie und Moral*. Berlin, Boston: De Gruyter.

WOOD, A. 2020. *Kant and Religion*. New York: Cambridge University Press.